

Desse modo, iniciamos com uma discussão sobre perfis, carreira e recrutamento de políticos (candidatos e eleitos) - acompanhada de apontamentos teóricos que sugerem explicações para as diferenças de perfil. Na sequencia apresentamos os dados de survey do DataSenado, com descrição da metodologia utilizada pelo Instituto na coleta dos dados, bem como da metodologia que fundamentará a presente análise.

Na sequencia, apresentamos análise exploratória dos dados em gráficos, que iniciam a busca de fatores atrelados às diferenciações de interesse por política. Mais adiante, as relações sugeridas pelos gráficos são formalmente analisadas e testadas como hipóteses. Por fim, discutimos implicações dos achados do estudo, assim como possíveis desdobramentos.

Perfis preferenciais de acesso à política

A bibliografia sobre recrutamento, carreira e representação política tem identificado certos perfis de indivíduos que adentram à vida pública e participam de eleições. Há, como veremos, um conjunto de recorrências a perpetuar características de certos grupos no poder, ao mesmo tempo que a manter outros grupos afastados.

Na linha de pesquisa sobre carreiras políticas, Marenco contrasta período de 1946 a 1962, em que apurou que os parlamentares eleitos eram homens de longa carreira pública, com o período mais recente desde 1991 ([santos_fronteiras_1997?](#)). O período que se segue à redemocratização tem sido visto como de ampla renovação política, com novos nomes que chegam ao parlamento, a cada eleição.

No caso da Câmara, para Miguel, isso se deve ao fato de a Casa aceitar com muita frequencia indivíduos estranhos ao campo político ([Miguel, 2003](#)). Para Marenco, trata-se de uma característica de um sistema político mais "aberto" e menos institucionalizado, que dá espaço a indivíduos sem muita experiência na vida pública e sem vínculos oligárquicos ([santos_fronteiras_1997?](#)). Já Leoni, Pereira e Renó atribuem a aparente renovação dos quadros parlamentares à opção dos ocupantes anteriores de não concorrer à reeleição - decisão tomada em função dos custos envolvidos em permanecer ou não em uma instituição altamente competitiva mas com pouco poder decisório ([Leoni, Pereira, & Renó, 2003](#); ver também [Figueiredo & Limongi Neto, 1999](#)). Desse modo, a vacância é que permitiria a renovação.

([rodrigues_partidos_2002?](#)) traz um estudo do perfil social dos legisladores, em que inclui suas profissões, histórico, escolaridade, meio social, entre outras características. O autor constatou uma associação entre partido, ideologia e origem dos eleitos. Pelo que relata, há diferença entre os partidos da direita (que seriam partidos de quadros, com candidaturas construídas individualmente e de modo independente e autônomo em relação às estruturas dos partidos), e os partidos da esquerda (que seriam mais hierarquizados, com carreiras construídas dentro do partido, vinculadas ao ativismo e cujos quadros seriam recrutados entre intelectuais, como professores e jornalistas, profissionais liberais e trabalhadores qualificados) ([rodrigues_mudancas_2006?](#)).

As mudanças que se produziram até então não implicariam, contudo, afirmar uma entrada em massa das classes populares, nem de pobres, nem de trabalhadores manuais com baixa escolaridade, como observa o próprio ([rodrigues_mudancas_2006?](#)). O autor, reforçado por Costa e Codato, verifica na verdade uma queda no percentual de indivíduos com perfil mais tradicional e elitista, junto com um aumento de indivíduos de profissões de classe média ([costa_profissionalizacao_2013?](#)).

A discussão sobre biografia e perfil dos parlamentares eleitos é importante. Tem suscitado importantes achados como por exemplo o diferencial de trajetória, de atuação dos parlamentares, e ainda associando-os ao seu posicionamento no espectro ideológico. Partidos políticos, afinal, fazem diferença sim.

É preciso cautela, contudo, em relação a eventual aparência de renovação política que cada ciclo eleitoral possa ter. A despeito da eleição de profissionais liberais da classe média, questiono: quais grupos passaram de fato à representação. Houve de fato mudança?

Em investigação sobre o perfil de parlamentares em 2015, Castro ([2020?](#)) descobriu uma maioria ampla de deputados homens brancos de classe média-alta ou milionários (64,7%); apenas 20,1% eram pessoas não-brancas, de ambos os gêneros; 9% eram mulheres sendo 2,5% mulheres de classe baixa e 1,9% mulheres não-brancas. Já no Senado, ([lemos_carreiras_2008?](#)) encontraram a predominância de pessoas com formação superior; com mais de 50 anos; majoritariamente homens. Dados foram corroborados posteriormente por estudo de ([araujo_recrutamento_2011?](#)). Como em outros países do mundo, perpetua-se no Brasil um perfil majoritário na política. É formado, sobretudo, por homens brancos, de alta renda e escolaridade. Se há, de fato, renovação política, ela precisa ser revisitada para que se meça sua extensão e efetividade. Que grupos de fato estavam de fora e agora estão representados? Houve mudança substancial decorrente da troca de nomes?

As mulheres continuam entre os grupos historicamente subrepresentados na política Biroli ([2016](#)). A socialização política diferenciada por gênero, que pré-determina papéis sociais exclusivos para homens e outros específicos para mulheres ([pateman_1988?](#); [avelar_2001?](#); [tabak_2002?](#)) estaria na raiz dessa diferenciação.

Independente da causa atribuída, o diagnóstico resultante é um denominador comum: a sociedade tradicional reserva à mulher um espaço de subordinação em relação ao homem. A elas coube o cuidado para com os filhos e a casa, enquanto aos homens foram reservadas posições de autoridade. ([Biroli, 2016](#); [speck_financiamento_2012?](#)). A sujeição feminina estaria enraizada no direito patriarcal de autoridade do homem sobre a mulher, ou via contrato matrimonial-sexual ([pateman_1988?](#)); ou numa relação de parceria desigual ([fraser_2013?](#)), ou ainda pela separação entre o que é a esfera pública franqueada aos homens e a esfera privada, doméstica, relegada às mulheres - divisão temática que serviria para limitar os assuntos em que a mulher poderia tomar partido ([miguel_2013?](#); [pateman_1988?](#); [fraser_1992?](#)).

Diversas barreiras existem a dificultar o acesso feminino a postos de poder: cultura patriarcal, hierarquização de gênero, instituições políticas desfavoráveis, conservadorismo do eleitorado, experiências negativas de outras mulheres na política ([Matos et al., 2007](#)); descompasso entre vida privada e pública, acumulação de jornadas de trabalho, preconceito ([meneguello_alguns_2012?](#)); carência de oportunidades pela falta de apoio dos partidos políticos, dos financiadores de campanha e do sistema eleitoral de lista aberta L. F. Campos, Rocha, Ribeiro, & Peixoto ([2020](#)); desigualdade no financiamento público de campanha ([sacchet_2011?](#)); custo mais alto para mulheres serem eleitas ([speck_2014?](#)); desigualdade no acesso a informações políticas ([Rennó, 2007](#)); e por aí seguem os empecilhos.

Negros também estão subrepresentados, tanto na política quanto na pauta de discussões sobre eleições. Quase não há estudos específicos sobre a representação política deste grupo. L. A. Campos & Machado ([2018?](#)) destacam-se por fazer análises conjuntas de raça/cor com outras variáveis. Os resultados remetem à interseccionalidade: 1) raça e renda - há mais não-brancos sem patrimônio a declarar, e há mais brancos com muito patrimônio; 2) raça e nível de escolaridade - o percentual de candidatos negros decai progressivamente a partir dos grupos que completaram o ensino médio; 3) raça, gênero, nível de escolaridade e acesso a financiamento de campanha - negros angariam menos recursos que brancos, mulheres menos que os homens, e pessoas com ensino superior recebem mais do que aquelas sem essa formação. Machado, Campos, & Recch ([2019](#)) apontam ainda outro aspecto: a resistência do eleitorado quanto a votar em negros - candidatos negros recebem menos votos que candidatos brancos.